



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Diligência	Nº: 1743/13	DATA: 21/10/2013
INÍCIO: 09h59min	TÉRMINO: 11h46min	DURAÇÃO: 01h47min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h47min	PÁGINAS: 40	QUARTOS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO CARLOS MALHEIROS - Titular da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
CARLOS BORTOLLETO SCHMIT CORREA - Juiz do Tribunal de Justiça de São Paulo.
JOSÉ GASPAR GONZAGA FRANCESCHINI - Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Presidente da Comissão Judiciária Interdisciplinar sobre Tráfico de Pessoas do Tribunal de Justiça de São Paulo.
PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Juiz de Direito Titular da Vara da Infância e da Juventude do Foro Regional Penha de França-SP.
IASIN ISSA AHMED - juiz de Direito da Comarca de Santo Amaro-SP.

SUMÁRIO: Audiência com os convidados sobre o tema da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Diligência realizada no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP.
A participação do Sr. Iasin Issa Ahmed foi por via telefônica.



O SR. COORDENADOR (José Gaspar Gonzaga Franceschini) - Bom dia a todos.

Nós temos a honra de receber a CPI relativa à exploração de crianças e adolescentes. Agradecemos a presença a sua ilustre Relatora, Deputada Liliam Sá, e de mais um membro titular da CPI, Deputada Keiko Ota.

Mais alguém da CPI está presente? (*Pausa.*)

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Infelizmente, não.

O SR. COORDENADOR (José Gaspar Gonzaga Franceschini) - Ainda não está. Perfeito. Então, agradecemos pela presença.

Quero dizer que temos à mesa o Dr. Antonio Carlos Malheiros, Coordenador da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e a Desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, que preside a Comissão Multidisciplinar de Estudos para o Enfrentamento do Tráfico de Pessoas.

O nosso Tribunal sente-se sumamente honrado com a presença de V.Exas. e disposto a colaborar, de todas as formas, para o sucesso e o enfrentamento dessa grave questão que, inclusive, atinge o nosso País, infelizmente devido à fama de turismo sexual existente aqui, sobretudo, à véspera do ano da Copa do Mundo. Então, sinto-me sumamente honrado com a presença de V.Exas. e reitero que o Tribunal se coloca inteiramente à disposição da CPI.

Obrigado pela presença.

Quero conceder a palavra à eminente Relatora da CPI.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Bom dia a todos, autoridades presentes e assessores.

A Comissão Parlamentar de Inquérito está destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme diversas matérias publicadas pela imprensa. Nós estamos visitando todos os Estados, principalmente aqueles que aparecem como os que têm maior fragilidade e que têm pontos de exploração sexual de crianças e adolescentes, e as grandes capitais.

Nós já estivemos no Norte e no Nordeste e estamos agora vindo para o Sudeste e queremos a contribuição deste Tribunal em relação ao nosso trabalho.

Quero agradecer ao Desembargador Dr. José Gaspar Franceschini por nos receber nesta oitiva; à Dra. Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida,



Desembargadora e Presidente da Comissão Judiciária sobre Tráfico de Pessoas, o que está muito interligado à questão da exploração sexual; o Dr. Antonio Carlos Malheiros, Desembargador Coordenador da Infância e da Juventude, e o Dr. Bortoletto Schmitt Corrêa.

Quero agradecer a todos e gostaria de saber qual é a intenção deste Tribunal em relação a esta mazela que assola o nosso País, que é a exploração sexual, o turismo sexual de crianças e adolescentes. São Paulo, particularmente, não passa pela questão do turismo e fica mais na questão da exploração sexual.

Em 2006, fui Presidente da mesma CPI quando era Vereadora, e nós descobrimos pontos de vulnerabilidade entre São Paulo e Rio de Janeiro. Eles ficavam no mercado CEASA, no Rio de Janeiro, e CEAGESP, aqui em São Paulo, onde crianças e adolescentes eram traficadas através de boleias de caminhões.

Depois disso, a Polícia Federal nos ajudou muito, a Polícia Rodoviária Federal, e também a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, fazendo com que houvesse uma conscientização desses caminhoneiros, trazendo-os como parceiros. Em vários pontos de vulnerabilidade, há também a questão dos postos de gasolina, onde também têm sido feitas campanhas explicando que exploração sexual é crime e alertando também os caminhoneiros. Mas só quero dizer que nós estamos fazendo com que não haja mais exploração sexual nesses lugares. Continua havendo, mas de forma mais discreta.

Então, eu gostaria de saber do senhor, doutor, quantos processos já passaram pelo TJ nos últimos 5 anos sobre o tema; quantas pessoas foram presas realmente; quantos processos estão pendentes de decisão e qual o tempo médio de tramitação desses processos.

Também quero perguntar ao juiz, que está presente, e à desembargadora, como são feitas essas oitivas com as crianças. Como elas são ouvidas? Em muitos tribunais, a gente não tem essa, conforme diz o Estatuto da Criança e do Adolescente... Elas têm seus direitos violados. Como se dá a proteção da criança e adolescente vítima de exploração sexual e suas famílias? Há acompanhamento psicológico dessas crianças e de suas famílias? Quanto tempo, em média, demora um laudo pericial relativo à violência sexual contra crianças e adolescentes?



Nós vamos de vagar, e vocês vão esclarecendo esses pontos, para que a gente possa traçar o perfil de como São Paulo tem trabalhado na questão do enfrentamento sexual de crianças e adolescentes.

O SR. COORDENADOR (José Gaspar Gonzaga Franceschini) - Deputada, eu quero esclarecer que, eventualmente, algum dado talvez possa ser encaminhado oportunamente pelo Tribunal a V.Exa. Foi na sexta-feira que recebemos essas perguntas, e não houve tempo suficiente para fazermos um apanhado do que é indispensável para o trabalho da nossa CPI. Mas o Desembargador Malheiros, a Desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida e o Dr. Carlos estarão aqui à disposição — eles estão mais enfronhados no assunto — para poderem dar as respostas que temos no momento.

O Desembargador Malheiros quer se manifestar? (*Pausa.*)

Por gentileza.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Muito bem. Eu começo por um ponto que me dá muita alegria. Nós já estamos implantando em São Paulo — e já temos três: um em Campinas, um em São Caetano do Sul e outro em Atibaia — postos de oitiva especial das crianças.

Visitei Atibaia há pouco tempo e fiquei realmente encantado com o trabalho, que é feito com uma precisão muito grande, uma técnica muito grande e um afeto muito grande pelas crianças. São salas, se não pegadas, perto uma da outra. Há uma sala tradicional, onde muitas vezes há a presença do suposto ofensor, com seu advogado, Ministério Público, juiz, escrevente. Nessa sala, há uma televisão. A outra sala, onde está a criança, é uma sala lúdica, muito bonita. Esse é o padrão que nós queremos implantar em todas as Varas da Infância e da Juventude do Estado de São Paulo. Está chegando dinheiro para isto, que está vindo da Secretaria da Reforma do Judiciário.

A Rainha Silvia andou, pela sua organização — ela vai nos visitar daqui a alguns dias —, nos fornecendo verbas para a implementação inicial. O restante virá da Secretaria da Reforma do Judiciário, e a nossa meta é que cada Vara da Infância e da Juventude tenha uma sala de oitiva especial.

Enquanto isso não acontecia, nós tínhamos juízes extraordinários, como é o caso do grande incentivador que trabalha comigo na Coordenadoria da Infância e



Juventude, Dr. Eduardo Melo, juiz de São Caetano do Sul, que, na sala de audiências tradicional, chegava a sentar no chão junto com a criança e com brinquedos. Isso na sala tradicional, no meio do promotor, no meio do ofensor, às vezes, sentado no chão, brincava com a criança no chão. É evidente que ele é exceção. O nosso padrão de juiz não é de sentar no chão.

E o Eduardo, que foi o grande idealizador disso, importou a ideia do Rio Grande do Sul, onde a coisa já funciona bastante bem. Nós fomos o segundo Estado a implantar e queremos, portanto, colocar esta estratégia no Estado inteirinho.

Mas como eu estava dizendo, naquela sala lúdica fica o psicólogo, o profissional da psicologia. Lamentavelmente, os Conselhos de Serviço Social opinaram contra o projeto. Eu já tentei entender, Deputada, várias vezes. Minha inteligência não chega a tanto. Não consigo entender por que se colocam contra. Eu já participei de diversos debates, não aceitam o projeto em hipótese alguma.

Os Conselhos de Psicologia aceitam. Aceitam, advertindo que estão observando o que está acontecendo, com a participação dos profissionais da psicologia naquela sala lúdica, sentados no chão, em almofadões, o profissional da psicologia com a criança, e muitas vezes extraindo as respostas com jogos de bonecos, fantoches, marionetes.

É uma audiência demorada — mas não há alternativa —, na qual a criança vai ganhando liberdade, vai ficando livre, leve, solta e começa a responder as perguntas que são feitas da sala tradicional para a sala lúdica. A profissional, a técnica tem um ponto de som no ouvido, e as perguntas são feitas sem maior preocupação, porque há perguntas que dizem respeito, por exemplo, a penetrações praticadas por pais, por tios, por avós. Há coisas difíceis de dizer diretamente para a criança. Então isto vai para o ouvido do técnico, que passa a pergunta com uma linguagem especial para a criança, para minimizar o máximo possível o dano.

E mais uma coisa interessante que se nota: para nós, leigos, “sim” significa “sim”, “não” significa “não”, mas, para um profissional da psicologia, o “sim” pode significar “não”, e o “não” pode significar “sim”. Dependendo da colocação que se faz, a criança responde “não”, mas nesse momento ela cruza os braços, ela põe o



dedo na boca, ela abaixa a cabeça, e isso tudo vai servir para uma resposta adequada.

Então, eu vejo isso como um grande sucesso, Deputada — um grande sucesso! Nós pretendemos implantar isso em todo o Estado de São Paulo. Agora, é evidente, e eu tenho lutado muito por isto na Coordenadoria, que se aumente o quadro de profissionais da área técnica nas Varas da Infância e da Juventude. São pouquíssimos, pouquíssimos!

Eu provoquei um concurso com o dinheiro que, dentro do orçamento do Tribunal de Justiça, foi destinado para a Coordenadoria da Infância e da Juventude. Eu provoquei um concurso para a vinda de cerca de duzentos técnicos, mais ou menos, das áreas de Psicologia e de Serviço Social, porque sem eles as Varas da Infância e da Juventude não funcionam. Muitos técnicos estão se aposentando, estão ficando doentes pelo excesso de trabalho. Então, nós estamos trazendo novos técnicos. E digo para a senhora: ainda serão poucos, porque nós precisamos trazer muito mais técnicos.

Para isso, eu aproveito até a presença das duas Deputadas aqui presentes, para que nos ajudem, sempre, nessas questões de verbas destinadas pelo Governo do Estado de São Paulo à infância e juventude, porque é com esforço muito grande que nós da Coordenadoria corremos atrás dessas verbas. A gente sempre pede para cima de 50 milhões, 60 milhões, e sempre vêm aqueles 10 reais tradicionais, virtuais.

Na primeira vez em que eu vi isso, eu pensei que fosse uma zombaria, e fiquei bravo! Mas daí o Presidente de então me acalmou, dizendo *“Isto é apenas e tão somente para não fechar a rubrica orçamentária; não fique bravo”*. E daí ele me prometeu uma suplementação de verbas. Mas morreu uma semana depois, e fiquei sem verba alguma. Mas, da outra vez, eu já fui direto para a Assembleia Legislativa. Daí pulei de paraquedas lá, Deputada, e acampeí lá dentro. Falei com todos os Deputados, fiz discurso no Colégio de Líderes, e não consegui o que eu estava pedindo. Mas consegui 10 milhões. E, desses 10 milhões, Deputada, eu tirei um pedaço, um bom pedaço aliás, e promovi esse concurso para técnicos, para assistentes sociais e psicólogos, que estarão tomando posse e começarão a trabalhar ainda em 2013, neste restante de 2013.



Este é um dado que eu afirmo com certeza para a senhora. Agora, como disse o Dr. Franceschini, os outros dados nós vamos procurar verificar na Corregedoria. E eu vou espalhar um ofício, vou mandar uma mensagem para todos os juízes, para que, dentro da medida do possível, nos informem sobre esses números que, com toda a razão, a CPI precisa saber.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, porque, em muitos casos, nós vimos que processos desapareceram, foram parar em outra instância. Vimos também que o Tribunal de Justiça estadual não protocolou e não deu relator. Então, nós ficamos assim. É por isso que nós fazemos essas reuniões, para saber quais os casos que vocês têm que, ultimamente, chamam mais a atenção do Tribunal, e o que vocês estão fazendo.

Porque nessa CPI que o Vereador Laércio Benko, do PHS, está fazendo aqui, ele que é Presidente dessa CPI na Câmara de Vereadores, ele detectou vários pontos de vulnerabilidade. Inclusive essa ONG, Childhood, fez um trabalho em relação aos grandes eventos e às grandes obras que estão para acontecer no Brasil, principalmente a Copa do Mundo. E nesse estádio lá em Itaquera, o estádio do Corinthians, eles detectaram que ali é um ponto de vulnerabilidade, porque existe a exploração sexual de menores de idade, de crianças entre 11 e 17 anos.

E o que acontece? Essa ONG fez uma pesquisa em que 85% das pessoas que passam por ali afirmaram que existe ponto de exploração sexual; e 25% dos entrevistados já tiveram relações sexuais com menores de idade. Isso, para a gente, é um agravante. Isso, para gente, é uma coisa muito séria, porque a própria empresa que está explorando o estádio disse que não tem conhecimento disso, que a Odebrecht não convive com isso. Negou tudo que está acontecendo. Mas uma ONG como esta, a Childhood, que trabalha somente com recortes de exploração sexual, fez o diagnóstico.

Então, eu gostaria de saber do Tribunal o que vocês estão preparando para os jogos da Copa do Mundo, os grandes eventos, se há uma fiscalização do Tribunal em relação a isso. A nossa preocupação é esta porque, como aconteceu lá em Belo Monte, com a hidrelétrica, nós sabemos que tem muitos de fora. A mão de obra vem de fora. Então, vêm muitos homens solteiros. E o que acontece? De 3 em 3 meses



ele vai ver a família. Então, é um prato cheio para os aliciadores, fazendo com que, exatamente, haja clientes dessas crianças, dessas adolescentes.

Eu gostaria de saber se vocês têm alguma coisa preparada, alguma campanha, se estão cobrando do Governo do Estado. É neste sentido.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Independentemente de outras atuações do Tribunal de Justiça, os juízes da infância e juventude de todo o Estado de São Paulo estão estudando e verificando todas as medidas possíveis e imagináveis para a proteção de crianças e adolescentes durante — isto é uma coisa em especial — o período da Copa do Mundo.

Então, cada um no seu local vai verificando as circunstâncias. Não pode ser um padrão igual para todo mundo. Cada um dos juízes, até por uma solicitação minha, está verificando quais serão as medidas que adotarão para a proteção das nossas crianças e adolescentes.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ainda não tem um tipo de campanha que vocês vão começar a fazer, na questão da prevenção?

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Não. Na prevenção eu não sei se temos alguma campanha.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Será que em Florianópolis eles não sabem da campanha do Tribunal de Justiça?

O SR. CARLOS BORTOLLETO SCHMIT CORREA - A gente não tem uma campanha, por enquanto, específica. Provavelmente, ela será lançada no começo do ano justamente para se ficar mais próximo da Copa do Mundo. Mas uma coisa acontece. Eu já fui juiz da infância e da juventude e também estou trabalhando aqui nessa área, no tribunal, assessorando a área da infância e da juventude.

O Judiciário foge até da questão da inércia; ele vai atrás. O Judiciário, por natureza, é um órgão inerte: age por provocação. Mas na área da infância, não. Na área da infância, em grande parte são juízes devotados à causa da infância e da juventude, em todas as cidades de São Paulo, o nosso Estado. São juízes que vão até as creches, que vão até... Em toda situação, às favelas, a qualquer lugar nós estamos sempre indo. Nós temos também... Nós montamos os Conselhos Tutelares. Eles são orientados. Por exemplo, vai ter um baile na cidade, para o qual é proibida a entrada de menores. Então, eles estão lá na porta atuando, chamando a polícia,



chamando o investigador, chamando fiscais da Prefeitura, para haver aquele controle. Se se permite a entrada do adolescente, nós verificamos se estão vendendo bebida alcoólica para eles, o que é proibido. Esses estabelecimentos são autuados e as multas são pesadas — a gente exige. Então, nós estamos sempre atuando e tentando melhorar a situação dessas crianças.

O Dr. Malheiros está na Coordenadoria da Infância e da Juventude há muitos anos. As senhoras já perceberam quanto ele é apaixonado pela área, bem como o Dr. Franceschini também. A Dra. Rachid é devotada à causa da justiça. O Tribunal de Justiça está tentando sempre montar comissões, para ver se consegue uma forma global de ajudar todas as crianças e adolescentes e acabar com a criminalidade. Este é o nosso intuito, e é difícil.

Nós sabemos, por exemplo, que, no campo da construção civil, essas pessoas, 5 mil, 10 mil trabalhadores, se aproveitam da pouca escolaridade, por exemplo, da região da zona leste, da população. Mas nós estamos sempre atrás, tentando melhorar.

Aqui tinha uma pergunta também sobre os prazos. O prazo, por exemplo, nesses crimes, do laudo psicológico. Em crimes sexuais contra criança e adolescente, o laudo psicológico não tem um prazo pré-fixado; ele vai depender sempre da situação da criança.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E o pericial?

O SR. CARLOS BORTOLETTO SCHMITT CORREA - O pericial, em geral, é 15 dias, talvez 30 dias, e é feito pelo IML, aqui pela polícia de São Paulo. Ele acelera o caso das crianças, porque os processos contra crianças são os mais graves. Então, há essa prioridade. Em geral, no máximo em 30 dias. Agora, o laudo psicológico pode durar de 15 dias até um 1 ano. É feito um acompanhamento. Às vezes, há uma acusação de crime, e essa acusação é falsa. Então, a gente também precisa apurar e ver o que está passando pela cabeça dessa criança, para tentar chegar até a verdade. Então, esse laudo psicológico não tem uma data para terminar.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Como é feito o afastamento do lar, no caso de que a criança tenha sido abusada sexualmente?



O SR. COORDENADOR (José Gaspar Gonzaga Franceschini) - Deputada, a Dra. Maria de Lourdes disse que queria complementar aquela indagação sobre a Copa do Mundo. Depois voltamos à palavra.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Depois, então, o senhor responde a essa também.

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Bom dia a todos! Eu quero me colocar também à disposição, no que for necessário, para as Deputadas e toda a comitiva, no que diz respeito ao assunto, com relação à comissão que presido, que é de tráfico de pessoas e foi criada pela Portaria nº 8.776, de 2013, de 12 de junho deste ano. É uma portaria do Presidente do Tribunal de Justiça. Inclusive, a Deputada Iolanda Keiko Ota chegou a participar de várias reuniões.

Essa nossa comissão é composta por Deputados, por representantes da Polícia Federal, da Polícia Civil, da Polícia Militar, e por representantes também do Ministério Público e também da magistratura. Salvo engano, acho que é uma das únicas, se não for a única no Brasil, de tribunal de justiça que tenha tido a iniciativa de ter uma comissão de tráfico de pessoas. Eu tenho a impressão de que não existe outra no Brasil, salvo engano; ou nós somos uma das poucas comissões.

Essa comissão tem por finalidade, justamente, Deputadas e demais presentes, estudar o assunto. Então, é um grupo de estudos justamente para se ter conhecimento do que ocorre com relação à parte que diz respeito ao tráfico de pessoas, que começa ou pode ter uma relação muito estreita com a exploração sexual de menores e adolescentes.

Então, o primeiro passo, além de criar essa comissão, foi, por iniciativa do nosso Presidente, no Comunicado nº 351, deste ano de 2013, determinar que todas as Varas da Infância e Juventude e Varas Criminais do Estado comunicassem se há casos de tráfico de pessoas, tráfico para fins sexuais, crimes relacionados com a remoção de órgãos e trabalho escravo. E todos esses dados foram enviados para o meu *e-mail*. Por determinação do Presidente do Tribunal, foram enviados para o meu *e-mail* institucional.

Com essa determinação, nós, que tratamos apenas do tráfico interno — e o número por enquanto ainda não está fechado, porque é um assunto muito delicado e



muito difícil de ser descoberto —, temos poucos casos oficiais. Nós tivemos um caso em Santo André que envolvia um menor; inclusive ele foi mandado de volta à origem, que é o Estado da Bahia. Agora nós tivemos um caso muito recente em Tatuí, mas me parece, salvo engano, que não envolve menores, e, sim maiores. Mas é caso de tráfico de pessoas, inclusive com uma pessoa presa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi no Pará, agora, esse último?

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - É. Em Tatuí. Então, nós temos, não só no Pará, mas em vários Estados. Era um grupo de travestis que foi preso. Com todos esses dados, nós tivemos o cuidado de ter o Processo nº 2013/00105309. Esse processo anota todos os dados, tudo o que ocorre nas nossas reuniões da comissão, como eu disse e repito, das quais a Deputada Ota chegou a participar. Então, tudo o que as senhoras precisarem em relação a essa comissão está registrado nesses autos que deixo à disposição. Eles costumam ficar na secretaria do Tribunal de Justiça; agora, com essa mudança de prédio por conta da reforma, talvez, a partir de hoje, ou fique na presidência, ou fique no meu gabinete. Mas isso vai ficar a critério do Tribunal. Enfim, todos os dados estão aqui para consulta dos interessados. Então, a presidência terminou a comunicação, através do meu *e-mail*, por conta dos juízes.

A delegacia, também através do DHPP, junto à Polícia Civil, juntou esses dados, essa estatística; a Polícia Federal também foi questionada. Mas, sobre casos que digam respeito ao tráfico interno, não houve nenhum, a não ser os casos da competência da Justiça Federal.

Nós temos também informações da Polícia Militar, que até então não registrava esse tipo de ocorrência dessa forma, como foi pedido.

Então, tudo é muito novo aqui para o Tribunal. Mas nós estamos caminhando para isso. E, quando a senhora pergunta com relação à preocupação com relação à Copa, justamente esse mapeamento está sendo feito para nós podermos estudar os locais com maior problemática. Quando a gente chega a um dado com relação ao tráfico de pessoas, em âmbito interno, com certeza ele acaba tendo ramificações internacionais, que daí foge da nossa esfera de atuação. Mas a gente atua em conjunto com a Polícia Federal, através do Delegado Aldo, que representa a Polícia Federal nessa comissão.



Então, como eu disse às senhoras e aos senhores presentes, todas as entidades estão representadas. É uma comissão interdisciplinar — e não são só entre membros do Poder Judiciário; é interdisciplinar, é estudo, é uma troca de informações que nós fazemos. E, agora, por conta de um caso que houve em Santo André, gravíssimo, em que houve exploração sexual de menor, um menor, com tendências homossexuais... Era um menino travesti, enfim, acho, de 13 anos, e uma menina também. Então, esse caso voltou para a Bahia, mas é a faixa de 13, 14 anos mais ou menos. O que nos deixou preocupadíssimos foi que, quando uma das crianças precisaria ser acolhida, Desembargador, não se tinha um local adequado para isso. Então, falta de local adequado. Ele teve que ficar colocado num hotel, em Santo André, correndo risco, porque essa — entre aspas — "máfia", esse pessoal todo envolvido com tráfico de pessoas descobriu o local e começou a passar em frente ao hotel de uma forma até ameaçadora. Essa criança ficou sob a guarda — não tinha uma pessoa para que ela ficasse sob a guarda — de um conselheiro, o que não é tão regular; mas, enfim, precisaríamos no hotel ter um responsável.

Então, nós chegamos à conclusão de que precisaríamos de uma casa de passagem, uma casa de abrigo, ainda que fosse uma só para o Estado, porque o número oficialmente ainda não comporta a criação de mais do que uma. Então, a primeira providência foi convidar o Secretário de Desenvolvimento, para a reunião, que é o Dr. Rogério Hamam, e ficou fechado que esta casa sairia. E, através da Secretaria de Desenvolvimento, junto com a Secretaria de Justiça, que, na reunião, foi representada pela Dr. Juliana Armede, que representou a Secretaria da Justiça, a Dra. Eloísa Arruda, ficou fechado que eles iriam, agora neste mês, fechar as tratativas para a realização da casa — esta é uma providência que não é de um dia para o outro, porque ela envolve verbas, ela envolve uma série de coisas, uma burocracia grande.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É órgão estadual?

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Estadual, com o Dr Rogério Hamam. Inclusive, tem ata à disposição dos senhores todos, com transcrição por estenotipia, de todas as falas. Então é um processo bastante minucioso, porque todas as nossas reuniões são registradas com estenotipista. Então, tudo o que é dito está registrado nesses autos (documentos, tudo nós temos



aqui registrado). O primeiro passo foi esse mapeamento e uma comissão nova, na verdade, de junho; o segundo passo foi a conclusão e o pedido pessoal. Nós não mandamos ofício ainda; nós pedimos a presença do Secretário, e ele gentilmente compareceu. Inclusive, o senhor estava também presente, justamente para fechar esse acerto. Ficou concluído que haveria, sim, a necessidade de uma casa, e o Secretário se prontificou a entrar em contato com a Secretaria da Justiça. E, na reunião, representado como eu já disse pela Dra. Juliana Armede, para fechar esse assunto, que ainda não está concluído, mas está em estudo. E a parte da Comissão foi pedida de uma forma oficial.

O levantamento que nós temos nos autos é muito pobre. Nós sabemos que a situação é muito pior do que se apresenta, mas também é muito difícil de ser descoberta. Então, oficialmente, com processos judiciais com relação a tráfico de pessoas, eu digo, não com relação à exploração sexual de menores e adolescentes, mas com relação a tráfico, que o número oficial é pequeno, porque é uma ramificação difícil de ser descoberta, mas que existe todo um trabalho do Tribunal de Justiça junto a todas as entidades para o estudo e a descoberta desses casos. Obviamente, com esses resultados, nós estamos nos preparando e estudando junto com a Polícia Militar e a Polícia Civil providências para se evitar um mal maior na Copa. Então, eu deixo a critério dos senhores, no que precisarem também... Sim?

A SRA. RELATORA (Deputada Lílíam Sá) - Eu a parabenizo pelo trabalho.

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Muito obrigada.

A SRA. RELATORA (Deputada Lílíam Sá) - Todos os Estados precisavam ter uma comissão como essa, com o recorte tráfico de pessoas. Nós sabemos que o tráfico interno está mobilizando várias ramificações em todos os Estados e que também está ganhando muito dinheiro com isso, porque é um mercado promissor. Então, tem muita gente ganhando dinheiro com isso.

Nós sabemos que é difícil, como a senhora falou, detectar essas redes e essas comunicações pela Internet, porque os *sites* que oferecem crianças e adolescente, não são hospedados aqui no Brasil, são hospedados fora do Brasil.

Então, é muito difícil de detectar essas redes. Precisaria de um serviço de Inteligência. E o Brasil ainda está caminhando para essa questão. Depois do que



aconteceu com Barak Obama aqui, eu acredito que haverá maior investimento na polícia técnica, no serviço de inteligência no Brasil.

Todos os Estados que visitamos também passam por essa mesma situação.

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Bem, eu aproveito o intervalo para apresentar o Dr. Fadigas, que é Juiz de Direito da Vara da Infância e, coincidentemente, faz parte da Comissão da Infância e Juventude e também é representante da Comissão de Tráfico de Pessoas. Ele também, acho, pode colaborar muito com as senhoras com muitas informações.

A SRA. RELATORA (Deputada Líliam Sá) - Senhor...

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Fadigas. Paulo Fadigas.

A SRA. RELATORA (Deputada Líliam Sá) - Então, todas as reclamações que nós temos dos juízes da Vara da Infância, dos Tribunais, são de que realmente falta uma casa de passagem em que você apoia a criança, mas não tem onde tratar essa criança. E falta mecanismo até para devolvê-la para as famílias. Com os laços familiares rompidos, não se tem como cuidar dessas crianças, e elas acabam novamente voltando às ruas, sendo exploradas e vitimizadas.

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Sim. Coincidentemente, Deputada, eu também sou Vice-Coordenadora da violência doméstica. Há todo um trabalho do Tribunal com o Governo do Estado e outras entidades relacionadas à criação da casa da mulher brasileira, enfim. Só que esse perfil, de acolhimento das vítimas de violência doméstica, é um perfil diferente do perfil de vítimas de tráfico de pessoas. Então, nós não podemos, por exemplo, Desembargador, misturar as mesmas vítimas numa casa só — crianças com travestis, com mulheres vítimas de violência doméstica. É impossível! Por isso, a necessidade dessa casa específica.

A SRA. RELATORA (Deputada Líliam Sá) - É verdade. E também há a questão do orçamento. O orçamento é muito pouco; e, quando se tem o orçamento, ele é contingenciado e também é aplicado em outras pastas que não da criança e do adolescente.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Deputada, a senhora me dá licença? Já estou aqui com o Dr. Iasin Issa Ahmed, que é o nosso Juiz da Vara da



Infância e Juventude de Santo Amaro. Independentemente daquilo que eu já disse, que cada juiz está tomando as suas providências, eu fui buscar informações com ele, que tem informações mais centralizadas a respeito desse assunto da Copa do Mundo. Eu não sei como nós faríamos aqui para ouvir o Iasin.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - No viva-voz ao microfone.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Será que perto do microfone?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Acho que sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Alô?! Vou mais para perto do microfone, quem sabe no viva-voz dá para ouvir aqui. *(Pausa.)* Tá, um minutinho só. *(Pausa.)*

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Só se for no viva-voz.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Não sei se este telefone tem viva-voz.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - O meu não tem.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - O meu tem, e vou ligar do meu. *(Pausa.)* Acabei de ligar para ele.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - O Dr. Paulo Fadigas tem viva-voz, e ele está ligando para você agora — está bom? Desligue, porque o Paulo Fadigas está ligando para você.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - O dele é Nextel, não é? Vou por no meu viva-voz.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Desculpe interromper o assunto, mas...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, não tem problema.

Enquanto vocês tentam, nós vamos dar prosseguimento.

Então, o que falta são pessoas capacitadas, profissionais capacitados para o atendimento a essas crianças e adolescentes, para se fazer essa triagem...

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Pronto! Conseguimos, Deputada! Pode falar. Iasin.

O SR. IASIN ISSA AHMED - Está me ouvindo?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Estou te ouvindo.



O SR. IASIN ISSA AHMED - Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Iasin Issa Ahmed. Eu sou juiz da Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro e membro da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo. Está em andamento uma ação conjunta da Coordenadoria da Infância com a Corregedoria-Geral da Justiça no sentido de instalarmos inicialmente os postos de atendimento nos aeroportos durante o período da Copa; existe também um trabalho conjunto que será feito com o CMDCA para orientação aos Conselhos Tutelares. E nós estamos dependendo somente do Conselho Nacional de Justiça para darmos início à efetivação desse projeto. Dependemos, primeiro, da inicialização pelo CNJ, porque não queremos ter duplicidade de ações ou então até cobrar essa orientação geral que vai para o País todo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Dr. Iasin...

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Será que ele está escutando?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Está ouvindo, Iasin?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pergunte a ele como funcionaram esses postos de atendimento durante a Copa? Especificamente, perto de onde vai acontecer. Será que dentro dos estádios?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Iasin?

O SR. IASIN ISSA AHMED - Pois não.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Salvo engano meu, esses postos serão em Congonhas, Cumbica? Itaquera... Ou não?

O SR. IASIN ISSA AHMED - Vejam bem. Em Itaquera, não tem aeroporto. Talvez, tenhamos um posto em Itaquera por causa do estádio, das arenas. Mas os postos serão...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Doutor, diga para ele que, em Itaquera, nós temos denúncias, principalmente da ONG Childhood, de que aquilo é um ponto de vulnerabilidade que a gente tem.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Ali é minha área. Eu conheço. Ali eu conheço. É antigo aquilo ali. É uma área antiga de prostituição infantil. É bem antigo. É que a área dele é Santo Amaro, e a minha área é zona leste. Por isso...

Alô?! Iasin, está me ouvindo ainda?

O SR. IASIN ISSA AHMED - Estou ouvindo sim.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Diga a ele obrigada pela contribuição.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Deputada, o trabalho da CPI será hoje e amanhã?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Podemos eventualmente convidar o Dr. Iasin, amanhã, se for o caso, para ele participar também da reunião.

O SR. COORDENADOR (José Gaspar Gonzaga Franceschini) - Podemos ouvi-lo ainda hoje, se for o caso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Amanhã é com o Governador e com o Prefeito.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Ah! Não será aqui no Tribunal...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Ainda não desliguei.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Não desligou?!

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Não, não desliguei.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Se convidar o Sr. Iasin... Hoje à tarde eu vou à Assembleia Legislativa. E, se convidarem o Iasin para ir lá também e verificar...Qual é o horário de amanhã?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Amanhã, nós temos só até às... Hoje, às 14h30min, e, amanhã... É só é o Governador dizer se pode.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Então, é só convidar o Iasin para hoje, para que ele viesse aqui; e amanhã, às 14h30min, também.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - O Dr. Malheiros está te convidando para hoje, às 14h, na Assembleia Legislativa, para sua participação na Comissão Parlamentar de Inquérito...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - CPI de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - ...de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. É que ambos temos audiências concentradas com as crianças. Você tem como ver e depois nos dar uma resposta?



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu vou pedir que vocês depois encaminhem para a CPI essas considerações, por favor.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Como é?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Que ele possa encaminhar para a CPI essas considerações, por favor.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Ah! É para você encaminhar para a CPI essas considerações. (*Pausa*) Ele diz que vai encaminhá-las juntamente com a colega Maria de Fátima, que é a auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Agradeça a ele, em meu nome, a participação. Diga que o Vice-Presidente está agradecendo a participação e que a CPI também está — O.k.? Um forte abraço, querido! Obrigado, obrigado!

Eu queria dizer, não sei se o Dr. Paulo se apresentou, que o Paulo é o juiz da Penha, da infância e Juventude da Penha, mas que é o nosso grande especialista na área da infância e juventude. Ele trabalha exatamente com a Dra. Maria de Lourdes. Tudo começou com aquele menino do Haiti, que ele localizou no final de ano na zona leste.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Como foi?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Eu o encontrei num abrigo, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Ele abrigou o menino, o protegeu do traficante, que estava tentando pegar o menino de todo o jeito e, depois de uma grande briga com a França — eu assisti de perto ele brigando com a França —, a França cedeu e ele próprio foi levar o menino para a Guiana Francesa, para ele se encontrar com a mãe, que lá estava. E, depois disso, ele se encantou pelo tema e começou a estudar tráfico de crianças.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Não só me encantei pelo tema, se é possível assim falar. As pessoas acabaram utilizando esse *expertise* gerado e, graças a Deus, temos um bom fluxo de trabalho com a Cáritas e com a ACNUR — a Cáritas é a representante da ACNUR, que agora vai se instalar em São Paulo e no Rio de Janeiro. E a ACNUR é um órgão da ONU a respeito de refugiados.



Eu tenho atualmente uns 14 ou 15 refugiados, com os quais eu tive, nesse sábado, uma atividade de integração — adolescentes do Congo, Somália, Eritreia Nigéria, Angola e Etiópia.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E, na questão do tráfico internacional dessas crianças com o recorte de exploração sexual, o senhor tem alguma informação?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Das meninas — 100%. Não tem nenhuma menina que venha aqui para conhecer o Brasil se não for para fins de exploração sexual, porque elas aproveitam as rotas, Deputada. Se eu posso dizer assim, a máfia russa — e isto eu sei por investigação própria — financia, põe dinheiro vivo para a exploração sexual. Então, o Brasil, muitas das vezes, é uma ponte para a França ou para outras cidades europeias. Isso é um grande... No imaginário, não vou falar vítimas, das pessoas afetadas pelo tráfico de pessoas, porque elas não se sentem vítimas — eu não tenho como dizer vítimas. Elas vão para lá, e elas acabam aqui, no meio do caminho, e veem que a exploração sexual não era aquilo prometido. Mas, Deputada, as do Congo, elas para cá vêm do meio da guerra. Muitas vezes, já foram estupradas umas 10, 15 vezes. Já vêm como pessoas totalmente vitimizadas, sem condição alguma de ter uma vida psíquica adequada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E onde estão essas meninas?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Eu as acolho em abrigos da minha área.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Quantas tem nos abrigos?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Hoje, de meninas eu devo ter... Encontrei duas ontem. Eu tinha quatro meninas e tinha vários meninos. Eu tinha mais meninos, porque o exército... Eles fogem do serviço militar. Eu tive uma leva grande de uma vez só, quase dez, porque o exército do Congo invadiu o centro acadêmico de uma universidade, e todos vieram de uma vez só. Então, são pessoas de nível diferenciado quanto à escolaridade. Eles têm o primeiro ano da universidade, todos falam francês, têm alto nível. As meninas, elas, das quatro, eu não sei se duas já são maiores, fizeram a maioridade por agora. É que eu estive com elas sábado, num evento da ACNUR. Delas, acho que duas ainda estão



comigo, salvo engano meu. Duas ainda estão. Mas elas saem do abrigo e vão para a casa das mulheres refugiadas que fica no mesmo bairro. Então, eu mantenho esse contato.

Mas a narrativa de todas, de quase todas, preservando, lógico, a intimidade, é de que elas são vítimas de vários estupros — nunca são de um estupro, mas daqueles estupros não para saciar a lascívia, o desejo sexual, mas daqueles estupros como vingança, daqueles estupros que, posso dizer, são para lesão corporal mesmo, quando a pessoa quer ofender. Tanto que uma me disse assim... Ela tinha um colega que estudou a vida inteira com ela, e aí ele entrou no exército — só que ele é de uma outra etnia que eu não vou lembrar. Aí, ele invadiu a casa dela, e ela foi estuprada. E ela falou: *“Mas por que você está me estuprando?”* E ele, que tinha matado os irmãos e o pai dela, falou: *“Porque você é inimiga.”* E ela disse: *“Mas eu sempre estive do seu lado!”* Mas ele respondeu: *“Não importa.”*

Tem uma rota. Eles não descrevem essa rota. Até um juiz italiano veio aqui a São Paulo para ouvir algumas das vítimas. Eles escondem... Eles escondem quem? Eles omitem — desculpe-me o “escondem” — quem é o traficante. Só que eles omitem também a finalidade para o traficante. Elas falsamente aceitam a prostituição até o momento de chegar à cidade de São Paulo. Chegando à cidade de São Paulo, elas fogem. Já sabem que tem a Cáritas. E a Cáritas já sabe que tem o famoso Dr. Paulo. E aí eu as protejo mediante a medida de acolhimento institucional, com capacitação para a vida adulta.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas vocês estão trabalhando com o Ministério das Relações Exteriores, no caso?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Sim, há vários casos em que nós trabalhamos. É diretamente com o Ministro Rodrigo Amaral, que faz essa ponte. E também, na Defensoria da União — eu esqueci o nome —, com o subdefensor chefe, e, às vezes, com o Ministério Público Federal. Mas a maioria das vezes é com a Defensoria Pública da União.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, essas crianças estão entrando aqui com que idade mais ou menos?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Ah! Elas são adolescentes. Com 14, 15 anos.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - De 14 a 17?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Sim, 14 a 17 anos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Já têm o nível básico?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Sim, algumas têm. Os meninos têm um perfil mais adulto, mais velho, todos com 17, que é a idade do alistamento. Já as meninas...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eles chegam e logo são explorados sexualmente?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Os meninos, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas as meninas, sim?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - As meninas vêm com esse intuito.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Já vêm com esse intuito?!

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Já. Eu comunico à Polícia Federal, à Polícia Civil, porque tem uma delegacia especializada em casas de prostituição. Algumas até falam o nome da instituição, o endereço. Aí eu noticio à polícia. Porque nós temos três eixos...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas esses são... Assim, o senhor falou que vêm da Rússia, e que a máfia usa...

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - O dinheiro e a organização.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Que a máfia usa dinheiro para financiar essa rede de exploração.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E vem para o Brasil, essa rota vem para o Brasil. E, em chegando aqui no Brasil, quem são esses aliciadores?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - São os europeus. Eles são estrangeiros.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - São estrangeiros ou brasileiros?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - São estrangeiros, com contato com brasileiros.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Com os brasileiros que já estão aqui, isso? E onde é essa rota? Vem por onde? Pelo Amazonas?



O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Não, essa rota é aérea mesmo. Elas, às vezes, mentem, dizendo que vêm pelo porto. Mas uma e outra falaram que vêm pelo aeroporto, tanto que conseguimos rastrear a da... Deixe-me ver se é da Somália. Não, a menina da Somália, ou da Eritrea... Agora não estou lembrado. Uma delas deu o telefone. Nós o rastreamos, pedimos que fizessem a varredura. E encontramos o sujeito, que é alemão. Quer dizer, encontramos o sujeito na Alemanha. Tanto que ele dá um celular, um celular meio mequetrefe. Mas dá para a pessoa: *“Olha, você liga para o meu número, e tal”*. Então, a pessoa vem com o celular e com o mínimo de instruções. E quando ela chega ao aeroporto, alguém a leva para o estabelecimento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É passaporte falso ou passaporte normal?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Não sei, elas nunca mostraram. Nada, nenhum documento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Como é que elas viajam?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Olha, essa é a pergunta que eu sempre faço. A resposta sempre é daquelas mais evasivas possíveis. Essa eu sempre pergunto.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Qual é o aeroporto? Qual é a linha que traz as adolescentes?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Olha, elas nunca falam nada. Às vezes, até falam que é o Porto de Santos. Mas, investigando, descobri o seguinte. Eles sempre param no Sudão. O Sudão é uma espécie de linha *mainstream* do tráfico de pessoas, no chifre da África. Eu officiei a Transportes Aéreos Angola — TAAG, não é? Eu acho que é TAAG. Eles me informaram. Eu officiei à agência nacional da aviação — esqueci o nome agora. Qual é a agência nacional de aviação? *(Pausa.)* Ó meu Deus, fugiu! *(Pausa.)* ANAC! Só que elas informam o nome falso, porque eu consultei. Eu mesmo fui vendo as listas de passageiros. Não constava nenhum nome. Mas elas descrevem. Uma ou outra já me descreveu direitinho.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas mesmo sem o documento para viajar, a identidade? Porque toda vez que você leva um bilhete aéreo, você tem que mostrar a identidade.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Excelência...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É isso o que estou falando. Quando já está indo lá para...

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Etiópia, Eritrea, Somália, sobre quem quer — experiência própria. Não tem isso aí, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas para entrarem aqui, a Polícia Federal tem que pegar um documento.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Sim...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Em se tratando de criança e adolescente, a Polícia Federal tem que fazer parar, saber de onde está vindo.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Certo, ótimo! Na teoria, elas deveriam voltar, o.k.? Só que não voltam. Eles ficam no limbo. Um dia, 24 horas, 48 horas depois, eles se evadem do aeroporto.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, não pode ser. Tem parada ali. Ou ela é deportada novamente para o lugar de onde veio, ou vai ser presa.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - O dever ser é esse. Mas não é o que elas narram.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então tem uma falha aí.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Sim, tem. E eu comuniquei à polícia.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Tem uma falha no sistema.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Essa falha eu já comuniquei.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas isso aí foi gravíssimo!

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Mas faz tempo, faz tempo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nós temos que ir à Polícia Federal, à Superintendência.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Isso é evidente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nós temos um sistema nos aeroportos para fazer essa triagem, e é um dos melhores. Se está havendo alguma



coisa, é porque há facilitadores. Então, ali há corrupção. Não pode haver uma falha assim. Com a Polícia Federal dentro de um aeroporto, não se consegue trazer, às vezes, um vidro de perfume com mais de 115ml! Sendo assim, como vai passar uma adolescente?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - É, Excelência, é mais difícil viajar com os filhos para a Disney do que eles virem, porque, com todo o respeito, menor estrangeiro no aeroporto não tem controle. Só o menor brasileiro. As regras de viagem não vigem em relação às crianças e aos adolescentes estrangeiros.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vamos anotar isso na CPI, Francisco. Isso é uma coisa para se ver, uma coisa séria. É uma denúncia muito séria.

Então, quer dizer que os menores entram assim, pelo aeroporto?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Entram pelo aeroporto. Algumas meninas noticiaram que entraram pelo Porto de Santos, mas a história...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Há como a CPI, a Deputada Keiko conversar com uma dessas meninas? Seria possível?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Sim. Eu preciso localizá-las. Eu preciso de um tempo hábil para localizá-las. Eu preciso de algumas horas para localizá-las.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim, pois não. Seria muito importante, porque há uma rota. Então, se há uma rota...

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - É que algumas se evadiram. A menina da Somália e a da Eritreia se evadiram. Elas sumiram. Sumiram. Inclusive, quanto à da Somália, eu cheguei a entrar em contato até com uma freira somali, para dar um suporte, dar condições de vida condigna aqui. Mas ela se evadiu.

Nós temos um trabalho de qualificação dos adolescentes muito eficiente. Quando eles percebem que já podem trabalhar e se comunicar minimamente, eles já não sentem necessidade de abrigo. Eles sentem que estão protegidos.

Inclusive, a da Somália achou que estava chegando aos Estados Unidos. Ela olhou o Aeroporto de Guarulhos e estranhou. Ela viu e falou: *"Mas aqui não é os Estados Unidos"*. A rota dela era a dos Estados Unidos, mas ela aproveitou todo... Ela mesma disse. Essa se evadiu. Com essa eu não tenho como entrar em contato.



Ela queria ir encontrar uma irmã, que já estava nos Estados Unidos, aproveitou um aliciador — esse que era o alemão —, e o pai pagou a passagem aérea para ela, para esse aliciador. Esse aliciador forneceu a documentação, e veio para o aeroporto de Guarulhos. Esqueci qual era a empresa aérea. A rota era pelo Sudão e mais uma cidade; depois, Guarulhos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Existe uma falha, e nós queremos saber onde está acontecendo essa falha. O senhor tem notícias sobre esses refugiados que vêm do Haiti?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Eu estive sábado com uma. Sim.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Estão entrando. Nós temos denúncias de que eles não têm documentação.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Estão entrando por Tabatinga, não é?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Eu tive contato com o Procurador da República de lá, esclarecendo que essa questão não é da Vara Federal, mas da Vara da Infância e da Juventude. Portanto, Justiça Comum Estadual. O fato de ele ser estrangeiro não altera a competência. A competência do ECA se estabelece pelo domicílio. Já que estabelece o domicílio no Brasil... E chegou um pessoal do Nepal.

Mas quanto ao tráfico, o que foi constatado, Excelência, foi que isso... *“Não tem como chegar e alguém confirmar?”* É assim: vem uma mulher grávida do Congo, com a barriga bem aparente, com uma criancinha. Ela diz que aquela criancinha é filho dela. Eu não tenho como saber se é filho dela. E por que vieram do Congo para cá também não dizem, e depois somem. Nós não temos um controle eficiente desses estrangeiros, efetivamente. Depois, alguns pedem refúgio.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E aqueles que nascem aqui também não têm certidão de nascimento.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Não. Vêm sem nada.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor contribuiu muito com esta CPI, mas eu quero ir mais a fundo sobre esses assuntos.



O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - À vontade.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - São denúncias gravíssimas. Tráfico internacional de crianças e adolescentes, com falha no sistema de segurança da própria Polícia Federal nos portos e aeroportos.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Sim. Ou pode ser que eles utilizem toda uma documentação falsa, ou...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É preciso checarmos.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Uma das características do tráfico, Excelência — termino por aqui, não quero tomar mais tempo —, é que eles somem com a documentação das vítimas, das afetadas. Eles pegam e desaparecem.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Têm o domínio.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Eles ficam com a documentação. Então, eu nem sei se aquela pessoa é quem ela está dizendo que é. Eu não sei se a Mary é Mary — no Congo, se a Marie é Marie. Eu tenho que presumir a boa-fé de que ela é menor de 18.

Agora vieram uns dois ou três com um título de eleitor. Mas é um documentozinho. Acho que é o único documento que eles estão guardando agora, porque sabem que vão ficar sem o passaporte.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Entendo. E, nessa questão do tráfico de pessoas, para podermos fechar o nosso trabalho nesta manhã, há essa questão desses meninos que estão vindo do Ceará, do Piauí, do Rio Grande do Norte, para ser explorados sexualmente, com promessa de colocação de silicone. Existe uma rede de exploração sexual. Quando esses meninos chegam a esses locais, são dados a eles hormônios. Isso foi divulgado amplamente na Internet e também pelos meios de comunicação, pela mídia.

Eu gostaria de saber quais foram as providências que os senhores tomaram em relação a isso, se já detectaram essas redes que foram denunciadas, porque esses meninos continuam nas ruas se prostituindo.

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - O grande problema, Deputada, é o seguinte. O menor vem de um Estado para São Paulo — qualquer Estado, não só o desse caso concreto. Eu estou mencionando o caso que



foi detectado em Santo André. Se ele é de outro Estado, eu acho que é uma solução muito simplista e, a meu ver, não correta remeter os autos para a cidade de origem sem o acompanhamento. Nós perdemos o controle do que está acontecendo.

Inclusive, não sei o que ocorreu nesses casos concretos, como os que a senhora está colocando, o do Pará. Enfim, isso eu não posso dizer para a senhora com certeza, porque eu desconheço. Não sei se o Dr. Fadigas tem essa informação.

Mas eu só queria dizer o seguinte: a Comissão foi formada justamente para que haja esse acompanhamento e que não seja simplesmente um problema jurisdicional. Então, quer dizer, o menor é daquela cidade. É óbvio que não é o correto que se remeta o processo, porque lá ele deve ter pais ou responsáveis que não estão atendendo à situação, senão ele não teria vindo. Então, é uma forma de se perder o controle dos menores.

Agora, quanto a esse caso concreto, acho que o Dr. Fadigas deve saber melhor o que ocorreu.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Sim. Antes de mais nada, Excelência, eu fui Juiz Administrador do PPCAAM, que é o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, que tem a direção central em Brasília, na Secretaria de Direitos Humanos. Fui da gestão do Município. Agora, a gestão estadual.

No caso específico do Pará — houve até uma leva muito grande em algumas cidades do Pará —, eu fui até lá e constatei o seguinte. Primeiro, aquela questão de que eles não se sentem vítimas. Então, quando se vai trabalhar com uma pessoa — não vou falar criança ou adolescente, é pessoa — que não se sente vítima, ela não quer informar nem o nome do aliciador. Nada.

Então, primeiro, ela não se sente vítima. Segundo, dos casos do Pará, alguns vêm buscar em São Paulo também uma ponte para um lugar ideal, que é Paris. Paris é 99%. Todas falam isso, dizem que aqui elas vão arrumar um gringo. Elas falam assim: *“Vou arrumar um gringo, vou casar com ele e vou morar na França”*. Essa é a história.

Houve um caso, há uns 3 anos, bem grande, de 12 a 14 pessoas que se diziam adolescentes, mas não eram. Apenas seis eram adolescentes. Estavam sendo explorados sexualmente nas imediações do Autódromo de Interlagos, uma



região conhecida aqui, na cidade de São Paulo, como de grande prostituição masculina na forma de travestismo. Lá estava havendo uma casa de prostituição e a facilitação para a vinda deles para a cidade de São Paulo. Alguns diziam que já haviam feito cirurgias de mudança de sexo, mas não era verdade, mesmo porque eram menores de idade e não têm como fazer tão fácil pelo SUS uma cirurgia dessas, de mudança de sexo, para esses fins. Há todo um procedimento muito complexo.

Ao final, encaminhamos todos de volta às cidades de origem, no Pará. Um ficou protegido pelo PPCAAM, por 1 ano, 1 ano e pouco, lá no Pará e aqui em São Paulo. Só que todos voltaram depois, mais tarde, para o Estado de São Paulo. Quer dizer, foram devolvidos para o Estado do Pará, e depois voltaram. Quando voltaram, já eram maiores de idade, e eu perdi qualquer contato e qualquer atribuição.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eles são preparados por essas redes, vão para uma república, onde ficam recebendo hormônios, implante de cabelo. Vão para as ruas e, depois, dali, vão para fora do País.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Precisaria verificar também se há alguma ligação com adolescentes do Largo do Arouche no domingo à tarde. Há um grande número de meninos adolescentes travestis. Fiquei sabendo disso na sexta-feira à noite. Eu não sabia. Eles, em grande número, comparecem ao Largo do Arouche e têm sempre ligações no local com homens mais velhos. Foram as informações que me foram passadas na sexta-feira.

Há outra coisa além da situação na CEAGESP. É gravíssima. Foi aquilo que eu lhe disse, teremos, com o Juiz da Lapa, o Dr. Reinaldo Cintra Torres de Carvalho, nos próximos dias, uma reunião na Secretaria de Segurança Pública.

Além disso, eu tenho um trabalho muito grande na chamada cracolândia. Praticamente toda ela estava, até o dia 13 de janeiro de 2012, entre a Rua Helvécia e a Dino Bueno, lá no Coração de Jesus. Eu comecei a trabalhar mapeando essa cracolândia no comecinho de agosto, para evitar que acontecesse em São Paulo o que já havia acontecido no Rio de Janeiro: internações compulsórias em massa.

Então, eu comecei, pelo Judiciário de São Paulo, a fazer esse mapeamento, indo diariamente àquele local até o dia 3 de janeiro de 2012, quando houve uma



alteração da Polícia Militar, que serviu apenas e tão somente para espalhar os usuários por todo o centro da cidade de São Paulo.

Nós agora trabalhamos com o Governo do Estado, em plantões, numa casa da Secretaria da Saúde para eventuais internações compulsórias. Mas eu continuo caminhando pelas ruas da cracolândia, que agora têm fronteiras muito mais largas.

Por que estou dizendo tudo isso? Eu cheguei a verificar, numa madrugada, cerca de 2 mil pessoas. É, com certeza, a maior cracolândia do mundo. É uma das 70 cracolândias de São Paulo. São Paulo tem cerca de 70 cracolândias e essa central, que tem 2 mil pessoas. Dessas 2 mil pessoas, 20% são crianças e adolescentes. E os adolescentes, com certeza absoluta, sofrem exploração sexual em plena cracolândia. Quando não são explorados sexualmente, eles têm contatos íntimos entre eles próprios. Não poucas vezes, eu assisti a relacionamentos sexuais, relações sexuais de adolescentes encostados em poste, em muros, em buracos nos muros, deitados em mobílias no lixo. Há uma montanha de adolescentes grávidas, que são presas facilímas para aquele que quiser manter relações sexuais com elas. Por qualquer pedrinha de *crack*, elas cederão. Não há a menor dúvida. Fazem isso por qualquer café com leite, por qualquer pedaço de pão, porque ali a miséria é absolutamente total.

Então, há realmente três pontos: o ponto da cracolândia, que agora está espalhada, depois da operação da Polícia Militar no dia 3 de janeiro de 2012, por todo o centro da cidade; o do Largo do Arouche, que precisa ser muito bem investigado, porque pode ter relacionamento com essa questão do tráfico dos meninos que vêm de fora; e o da CEAGESP. Nós ainda estamos devendo uma providência mais rigorosa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Há esse caso da CEAGESP. Nós fizemos isso na CEASA do Rio. Nós realizamos uma reunião com juízes, com a Polícia Militar, com conselhos tutelares e com o Presidente e fechamos o cerco ali. Colocamos um ponto da Vara da Infância dentro da CEASA, com os comissários fazendo campanhas contra a exploração sexual. Na primeira vez que nós fomos dar uma batida lá, já não havia mais meninas — encontramos meninas vendendo o corpo a R\$1,99. Não havia mais meninas, era outro o perfil, eram transexuais, travestis que estavam ali, maiores de idade. Quer dizer, nós fizemos o combate, mas



entrou outro tipo de facilitador da exploração sexual. Já era outro o perfil, eram mais velhos, com aqueles que são maiores de idade. Então, funcionou.

Acredito que, com os senhores fazendo essa operação, nós vamos promover o combate e colocar lá dentro comissários da infância, Conselho Tutelar, fazer um polo na sala. Foi assim que nós fizemos: aqui vai funcionar assim, todo o mundo que entra recebe o folheto sobre exploração sexual e crime. Fizeram reuniões também com os caminhoneiros, onde param os caminhoneiros. Aquelas pessoas se prostituíam atrás de onde se vende peixe. Era horrível. Lá ficavam aqueles caixotes. Então, iam para lá, de lá saíam e iam para dentro dos caminhões.

Nós encontramos a mesma situação em Recife. Ali já havia uma casa. E o que é que eles estão fazendo agora? Perto, eles fazem aquelas casas. São compridas, não têm janelas, ou as janelas estão fechadas, estão cercadas. Ali dentro ficam menores que dormem o dia inteiro e, à noite, saem para ser explorados sexualmente. Nós encontramos isso em Recife. A maioria é de meninos.

Agora eles estão mudando o perfil. Quando se começa o combate, eles mudam o comércio. *“Ah, este aqui não é tão visado assim, vamos vir para cá.”* Como as pessoas não ligam muito para a questão dos meninos que são explorados sexualmente — as meninas são mais visadas —, eles estão indo para esse outro mercado.

Então, eu deixo aqui a minha solicitação para que os senhores possam fazer o que nós fizemos no Rio de Janeiro e enfrentar isso lá dentro.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Vamos informar à senhora imediatamente, assim que nós concretizarmos essa operação.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ah, que bom!

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - E vou mandar para a senhora imediatamente aquele trabalho de conclusão do curso do capitão da Polícia Militar que me inspirou a tomar uma posição.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso.

Eu gostaria de passar a palavra para a Deputada Keiko Ota, a fim de que faça as considerações dela.

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Eu só gostaria de um minutinho. Eu até faço um pedido ao Dr. Malheiros. Esse trabalho poderia ser



em conjunto com a Comissão de Tráfico, porque a Comissão da Infância está muito bem estruturada, já é muito mais antiga e tem uma organização ímpar. Então, se o Dr. Malheiros me permitir, acho que seria até interessante esse trabalho em conjunto.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Com certeza.

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Muito obrigada.

O SR. CARLOS BORTOLETTO SCHMITT CORREA - Desejo fazer um complemento também. É uma coisa que já ficou clara, mas precisaríamos reafirmá-la mais um pouco. É que o Tribunal de Justiça, em todos os casos — puderam perceber isso pelo Dr. Paulo —, sempre dá acompanhamento social e psicológico para as crianças vítimas de exploração sexual. O juiz tenta acolher todas as crianças que são vitimizadas, encaminhá-las para o melhor lugar possível.

Nesses processos, assim que chegam ao conhecimento do Juiz da Infância ou, então, até do juiz no caso da Lei Maria da Penha — nós temos varas especializadas —, a determinação, em casos de padrastos, pais, tios, pessoas que moram na casa, é para a retirada imediata dessas pessoas do lar. A notícia do crime, com embasamento, como não há um início de prova, é suficiente para o juiz dar a determinação, sempre visando ao amparo da criança e do adolescente, que é o que está em primeiro lugar. O Tribunal de Justiça está sempre à procura disso e sempre atento a isso.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer a oportunidade e essa grande contribuição que os senhores estão dando à CPI.

Eu gostaria de ser breve. Quero falar um pouquinho, Relatora, sobre a questão do estádio do Corinthians. O Dr. Paulo poderia abordar isso. Eu me refiro à prevenção. Vai haver jogo da Copa nesse estádio. A Relatora disse que há denúncias.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Estou vendo aqui: *“Obras do Itaquerão viram endereço de exploração sexual infantil em São Paulo”*.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Eu estou há 15 anos na Zona Leste. A Deputada tem a sua sede lá. Aquilo já ocorria bem antes das obras. É vergonhoso. Até de dia há adolescente se prostituindo, às 5 horas da tarde. Isso é



algo notório na região. Então, não foi causado pela obra do Itaquerão. Mas é uma região de altíssima vulnerabilidade, porque é uma região muito vasta e sem nada por perto. Os carros passam por lá, e eles fazem os programas.

Eu colhi o depoimento de uma moça. Ela se vendeu por 15 vezes, e cada vez ela recebia uma carreirinha de pó. Era uma moça, assim, diferenciada, bem atrativa, só que com grau altíssimo de dependência. E ela é de uma família muito vulnerada. Ela é da região do Tatuapé. Ela se vendia, era explorada sexualmente. Ela se vendia na região de Itaquera em razão da facilidade, da constância. Era interessante, não era *crack*. Lembro que ela dizia que eram “pinadas”. Era “pinada”.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Cocaína.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Isso. Era por cocaína.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Dr. Paulo, o senhor poderia bater um papo com Kalid, nosso colega.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Kalid é juiz da região.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - É juiz da Infância e da Juventude de Itaquera.

Poderia pelo menos alertá-lo sobre o que nós ouvimos aqui a respeito do Itaquerão.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Sem dúvida, Excelência.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Há uma CPI que está em funcionamento aqui, em São Paulo, na Câmara de Vereadores, é uma CPI como a nossa, de enfrentamento à exploração sexual. O Presidente é o Vereador Laércio Benko. Ele fez as denúncias, que aumentaram. Há também a ONG Childhood, que trabalha contra a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. São denúncias graves. Nós queremos ouvi-las.

Já convidamos o Vereador, nesta manhã, para estar conosco na parte da tarde. Queremos ouvir as denúncias que ele tem em relação a essa CPI que está em funcionamento. Ele está aqui, no dia a dia, vai poder fazer as suas colocações de maneira mais clara do que aquela a que estamos tendo acesso pela mídia. Ele está aqui e sabe do dia a dia, do que está acontecendo. Nós pedimos uma diligência a ele hoje. Estamos em São Paulo, e vamos para Brasília amanhã...

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Perdão, Excelência, qual...



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Amanhã, será só o Prefeito e o Governador.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Qual é o nome do Vereador?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Laércio Benko, do PHS. Eu tenho o celular dele. Depois, se o senhor quiser, posso passar o celular dele.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Não...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Nós não temos muito tempo. E ele estava nos dizendo que hoje, segunda-feira, não é um dia muito bom para fazer esse tipo de diligência, para visitar esses pontos de vulnerabilidade, onde foi constatada a exploração sexual. Ele disse que um dia bom para ir é quinta, sexta, sábado, nos finais de semana. Se não conseguirmos fazer essa diligência hoje, a CPI vai ter que retornar ainda neste mês, ou no começo do outro mês — neste mês não dá mais, tem que ser no outro mês mesmo —, para fazer essa diligência em conjunto com essa CPI, que é muito importante. Teríamos que ter os comissários, o Juiz da Vara da Infância, todo um aparato da Polícia Federal e da Polícia Civil para visitar esses pontos e ver o que está acontecendo mesmo, principalmente no estádio do Corinthians.

Essa é uma denúncia muito grande, porque as empresas têm que se responsabilizar pelos seus empregados. Tem que ser cobrado das empresas principalmente... Se é a Odebrecht, ela tem que estar ali, tem que promover a fiscalização no estádio.

Isso acontece no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro há fiscalização. As pessoas pegam um ônibus e saem dali para os seus alojamentos, não ficam soltas por ali. Aqui também poderia ser aplicado isso. Nós vamos falar com o Governador amanhã e também com o Prefeito.

O SR. CARLOS BORTOLETTO SCHMITT CORREA - No Rio de Janeiro, houve até uma denúncia de trabalho escravo.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - No aeroporto.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim, no aeroporto. É verdade.

Então, nós temos que combater. Eles estão aí. Nós sabemos que eles existem. São invisíveis porque são muito preparados. Eles se comunicam com pessoas na ponta. É aquela pessoa que pode ir para a porta dos colégios. E eles



recebem deles e dali vão aliciando aquelas crianças e aqueles adolescentes, aquelas que estão dentro das comunidades, as crianças mais pobres, vulneráveis, unidas, e o pai e a mãe trabalham, não ficam dentro de casa.

Eu comecei meu trabalho político investigando crianças desaparecidas. Há muitas em São Paulo e no Rio de Janeiro, e há casos emblemáticos, cuja solução até hoje não alcançamos. O que chamou a atenção foi que essas meninas de 7 a 12 anos de idade tinham perfil físico parecido. Foi como se elas tivessem sido encomendadas. E o perfil dessas meninas não é o de meninas que estão na cracolândia, que estão nas ruas. Eles pegam meninas pobres, mas que têm família. Famílias humildes. Meninas humildes, mas educadas. Eles fazem isso, talvez, pela fragilidade, para poderem subjugar essas meninas, fazer com que elas tenham medo, porque essas outras meninas que estão na rua vão fugir, vão enfrentá-los. Então, esse foi o perfil que tracei no Rio de Janeiro.

Em São Paulo, nós conversamos com as mães da Sé, com a presidente desse grupo, e é a mesma característica. São crianças que desaparecem devido ao mercado internacional de pedofilia. É a pedofilia. De 7 a 12 anos, é pedofilia. Nós sabemos que o pedófilo tem gosto, faz a encomenda de acordo com aquele gosto que ele tem. Uns gostam de crianças menores, de até 2 anos de idade; outros, de até 5; outros, de 7 a 8. Então, essas crianças são encomendadas. Muitas delas estão até em cativeiro por aí. Já se passaram muitos anos — nós acionamos a Interpol, a Polícia Federal —, e até hoje não chegamos a nenhuma pista dessas meninas, nem em IML, nada, nada, nada.

Então, quando foi feita a CPI do Tráfico de Pessoas... Eu vou até dar o seu cartão para o Presidente da CPI, para que ele entre em contato com o Dr. Paulo e com a Dra. Rachid, para que os senhores possam conversar, porque é muito interessante que a CPI do Tráfico de Pessoas trace esse perfil, principalmente no caso das adoções ilegais. Esse também é outro mercado...

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Quem é o Deputado?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É o Deputado Jordy.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Já tivemos contato com ele. Já participamos.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, ele já deve estar ciente dessa rota.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Sim, essa rota eu descrevi para eles.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso é importante. Vamos trabalhar em conjunto. Eu sei que é muito difícil o combate. O Brasil é muito grande. Se não conseguirmos combater o tráfico de drogas dentro das nossas fronteiras, combater a exploração sexual de crianças e adolescentes que está acontecendo no Amazonas, principalmente, em que meninas estão sendo vendidas por 20 reais... É difícil. Até as meninas indígenas estão sofrendo agora com a exploração sexual, com a venda de virgindade para esse mercado. E é um mercado promissor, porque há estrangeiros envolvidos.

Nós detectamos que existem estrangeiros envolvidos que vêm para essa rede de exploração, chegam ali com dinheiro, lá no meio daquela pobreza toda. Sabem que o dinheiro deles vale mais no Amazonas, no Pará, naquela região do Acre e ali se estabelecem. Eles agora não estão usando muito esses voos *charter*. Eles alugam casas, vêm nesse voo, ou já vêm depois de comprarem pacotes de agências de turismo, vêm para cá e alugam casas. Por isso fica difícil detectar essas redes, porque, quando elas são combatidas num local, eles se transferem para outros locais. Os senhores que são dessa comissão, que estão à frente dessa Comissão sabem bem disso. Eles fazem uso também da Internet.

Nós queremos a contribuição dos senhores até em relação a projeto de lei, a cobrança também do Governo Estadual. Estaremos amanhã cobrando essa questão do orçamento. Isso é muito importante. O orçamento tem que ser aplicado da maneira correta. Se o recurso é para criança e adolescente, não pode ser contingenciado, não pode ser destinado para outra Pasta. Então, vamos trabalhar em relação a isso.

Eu quero contar com a contribuição deste Tribunal na questão das perguntas que nós encaminhamos da CPI para os senhores. É muito importante, porque nós estamos fazendo um diagnóstico do que está acontecendo no Brasil no caso do enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. São Paulo é uma capital que faz brilhar os olhinhos daqueles que querem ter condições financeiras,



daqueles que querem explorar crianças e adolescentes. Nós sabemos, é Bahia, São Paulo, e o Rio de Janeiro está em terceiro lugar na rota da exploração sexual de crianças e adolescentes.

No mais, eu quero agradecer a contribuição de todos os senhores. O Dr. Antonio Carlos Malheiros vai encaminhar essa pesquisa, esse trabalho, essas considerações. Vamos também investigar o que está acontecendo no Arouche, tentar ver essa audiência pública. A Deputada Keiko Ota já está aqui, em São Paulo, e vai atuar. A Deputada Keiko já passou por uma violência, os senhores conhecem a história dela muito bem.

Se a Dra. Maria de Lourdes puder passar para nós essa questão do tráfico, essas considerações que foram levantadas, para a CPI, isso será muito importante, porque há recortes de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Vou pedir ao Dr. Paulo Fadigas, nessa questão da Rússia, do tráfico de pessoas, que possa passar para a CPI tudo o que tiver, para se oficializar essa denúncia na CPI.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Sim, sem dúvida.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Tenho apenas três questões. Como eu vivo em São Paulo, a demanda é muito grande. Como é feito o recebimento de denúncias através do Disque 100? Pode explicar depois, com o relatório.

Há ações para combater os bailes *funk*?

Como é a relação da Justiça com os conselhos tutelares?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Eu acho que fiquei encarregado de responder as três.

Perdão, a minha memória é curta. Qual é a primeira?

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Como é feito o encaminhamento de denúncias através do Disque 100?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - As denúncias são encaminhadas para o Ministério Público, que instaura um procedimento de aplicação de medida socioprotetiva. Isso envolve, normalmente, uma diligência pelo voluntário do juízo ou pelo Conselho Tutelar. Então, um dos dois vai ao local, investiga, faz um relatório, não social, mas um relatório de visita, e, se for confirmada a denúncia, é



aplicada uma medida socioprotetiva, como orientação, encaminhamento. É assim o fluxo de trabalho nas varas em relação à denúncia do Disque 100.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - A segunda...

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Há ações para combater os bailes *funk*?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - A notícia que eu tenho é de que a Polícia Militar... Recentemente, um coronel me ligou. Eu não tenho mais voluntários do juízo, eu só tenho um. Então, ele pediu a nossa colaboração. Eu expliquei que o ator legal é o conselheiro tutelar. O conselheiro tutelar pode fazer o acolhimento; o comissário, o antigo comissário de menores não. Ele não tem esse poder. Quem tem esse poder é o conselheiro tutelar, que vem participando na Zona Leste.

Na Zona Leste, em São Miguel Paulista, nós tivemos um combate aos bailes *funk*, em razão da grande quantidade de prostituição. Teve na Penha. Foi até uma coisa em que eu pedi auxílio para o GAECO, porque a Polícia tirou uma foto, o GAECO tirou outra para... Mas é muito difícil. Após a intervenção da Polícia, desaparece o local do baile *funk*.

E a terceira diz respeito ao relacionamento...

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Como é a relação da Justiça com os conselheiros tutelares?

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Excelência, é o seguinte: são 60 e poucos conselhos tutelares, e 60 e poucos vezes meia dúzia é muita gente para uniformizar. Aqui, na cidade de São Paulo, além das promotorias individuais, nós temos a Promotoria de Interesses Difusos, que fica na Rua Riachuelo. Os dois titulares são o Dr. Eduardo Dias, cujo apelido é Batata, e a Dra. Luciana Bergamo. Pessoas excelentes, que fazem essa ponte. Os conselhos tutelares estão subordinados ao Ministério Público e não ao Juiz da Infância. Portanto, se há alguma tensão no diálogo institucional, eu represento — é até interessante — a Promotoria de Interesses Difusos e depois julgo. Eu represento e depois julgo. Fica ao talante das promotorias ajuizar qualquer medida.

Então, esse relacionamento é complexo. Não vou dizer que é simples, que é fácil, é complexo, em razão da quantidade de conselhos tutelares. Só na Zona Leste



deve haver uns 15 conselhos tutelares. E eles atuam melhor quando a região tem menor vulnerabilidade. É algo inversamente proporcional.

Eu vou só dar um exemplo. O de Itaquera, que está exatamente, Excelências, na região de maior vulnerabilidade, com prostituição ao lado do Itaquerao, mandou-me ofício em que disse que eles não têm dinheiro para pagar selo. Então, eles não vão mandar ofício. É isso. Eles têm tensões com as subprefeituras. Se um órgão desse fica vulnerado, é um efeito dominó, cai tudo. O Conselho Tutelar é a nossa porta de entrada. Se eles são maltratados pelo gestor público, infelizmente a proteção integral vai ficar no papel. Eles oficiaram e informaram que não têm dinheiro para pagar selo. Tampouco têm dinheiro para usar viaturas para ir aos vários fóruns.

Obrigado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu gostaria de perguntar a V.Exas. se têm alguma sugestão para a nossa CPI. Podem sugerir algum trabalho, algum projeto de lei que possa ajudar nessa questão.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Eu não sei se seria sugestão, mas é a questão da casa de prostituição. A cidade de São Paulo tem uma delegacia especializada em casa de prostituição. Eu não sei se a medida correta — isso fica a critério político do Congresso — é aumento da pena ou legalização. Do jeito que está, é o pior dos mundos. Como a pena é muito baixa, há evidente conluio de autoridades que deveriam fazer a persecução, e, ao mesmo tempo, isso vulnera mais as vítimas. Então, das duas medidas, uma: ou se aumenta a pena, para que esse crime não seja de menor potencial ofensivo, ou se estabelece a legalização, para se proteger quem exerce a atividade.

Esse é o meu ponto de vista. Tem de ser abordada a questão da casa de prostituição. Algo tem que ser feito.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mais alguma sugestão? A questão do orçamento?

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Por favor.

O SR. PAULO ROBERTO FADIGAS CESAR - Isso é fundamental. *(Riso.)*

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Alguma recomendação ao Governador?



A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - A Casa de Passagem.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A Casa de Passagem.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Essencial, essencial.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mais alguma?

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Eu acho que é importante também pensarmos que São Paulo é pioneiro nesse assunto. Não há nenhuma outra Casa de Passagem específica para tráfico de pessoas, envolvendo tratamento psicológico diferenciado. Eu já havia afirmado que não dá para colocar essas vítimas, por exemplo, na Casa da Mulher Brasileira, que será agora inaugurada.

É um fator importantíssimo esse. O perfil é diferente, exige um tratamento diferenciado, com técnicos diferentes, preparados de forma especial para a abordagem dessas vítimas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu acho que, nessa casa que a Presidenta Dilma fez com o coração, sentindo a dor das mulheres, ela botou um recorte no caso da exploração sexual. Foi um recorte.

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Mas nós entendemos que as colocar na mesma casa seria inviável, pelo perfil. Existe um tratamento psicológico. O caso de uma mulher que sofre violência doméstica já é complicado. Ela não vai se sentir à vontade para dividir esse espaço com uma vítima de tráfico de pessoas.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Vítima da exploração sexual.

A SRA. MARIA DE LOURDES RACHID VAZ DE ALMEIDA - Exatamente. Então, não é um perfil parecido, que permita que fiquem no mesmo local. Essa é a dificuldade.

Como o número ainda não é oficial, não é tão grande, daria para começarmos com uma casa. Seria um trabalho pioneiro. A senhora poderia recomendar isso, até como um pedido da Comissão, reforçar o nosso pedido. Eu acho que seria um enfoque importantíssimo, porque nenhum outro Estado tem casa específica para vítimas de violência doméstica.



Não dá, por exemplo, para pedir ao Dr. Fadigas que abrigue, numa casa onde há menor em situação irregular, um menor que já foi explorado sexualmente, porque o perfil é outro. O trabalho psicológico a ser feito é diferente. Pode-se até prejudicar as outras crianças acolhidas. Nós não temos condição de misturar essas vítimas. Por isso, esse pedido, que eu reitero.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Eu gostaria, quando fossem verificar a situação do Arouche, que me avisassem, porque que eu gostaria de ir junto. É no domingo? A informação que eu tenho é de que é nos domingos à tarde.

A SRA. DEPUTADA KEIKO OTA - Pois não, eu o comunicarei.

O SR. ANTONIO CARLOS MALHEIROS - Muito obrigado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Essa será uma tarefa da Deputada Keiko Ota. O marido dela, que é Vereador, faz parte da CPI da Exploração Sexual da Câmara de Vereadores. Atuará juntamente com a Comissão de Brasília. Então, esse é o seu dever de casa. (*Risos.*) De repente, eu não vou poder estar presente, mas a Deputada Keiko vai estar nessa diligência.

O SR. COORDENADOR (José Gaspar Gonzaga Franceschini) - Muito bem, mas que mundo é o nosso, não é? Que lado triste do nosso mundo! Mas não podemos perder as esperanças, porque estamos vendo pessoas que estão empenhando-se para dar outra feição ao nosso mundo. E isso é o que nos deixa muito felizes, muito alegres.

Queremos cumprimentar as ilustres Deputadas Liliam Sá e Keiko Ota, que tiveram a oportunidade de constatar quão valorosa é a magistratura paulista. Aqui está uma pequena amostra de juízes maravilhosos, juízes empenhados, que não apenas cuidam dos seus processos, mas também se põem a campo para tentar resolver ou melhorar a nossa situação, essa situação tão triste.

Nós ficamos muito agradecidos com a visita e reiteramos a nossa intenção de estar sempre à disposição. Mandaremos, então, as informações que não tivemos oportunidade de colher com antecedência. São mais detalhadas, mas faremos chegar às mãos de V.Exas. essas informações e outras mais que forem necessárias.

Também quero agradecer a presença do Desembargador Antonio Carlos Malheiros, da Desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, do Desembargador Paulo Fadigas, do Desembargador Carlos Bortoletto e, se não



houver outro assunto a ser tratado, declarar encerrada a nossa sessão, agradecendo a presença de todos que aqui se encontram, pessoas que demonstram interesse por um assunto tão delicado.

Muito obrigado a todos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada a todos pela nossa acolhida em São Paulo.

O SR. COORDENADOR (José Gaspar Gonzaga Franceschini) - Muito obrigado.